

Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de História

**Jeferson Martins de Oliveira**

**O governo de escravos para além da economia política:  
subsídios para pensar a admoestação escrava a partir da  
sociedade não escravista buenairense**

Brasília

2016

Jeferson Martins de Oliveira

**O governo de escravos para além da economia política: subsídios pensar  
a admoestação escrava na sociedade não escravista buenairense**

Monografia apresentada ao Departamento de História da  
Universidade de Brasília como um dos pré-requisitos  
necessários para a obtenção do título de licenciado em  
História.

Brasília, 11 de Julho de 2016.

Luiz Paulo Ferreira Nogueiról  
(Orientador)

Francisco Fernando Monteoliva Doratioto

Tiago Luis Gil

## DEDICATÓRIA

Agradecimento especial deve ser registrado aos meus pais, Lourivaldo e Arlene, pois sem o apoio deles eu não teria condições para seguir adiante nesse sonho de concluir uma graduação. E é claro, devo registrar um abraço especial para os meus irmãozinhos caçulas (Maria Clara, Ana Claudia e João Pedro) que injetaram alegria na minha vida. Estendo o agradecimento a todos os todos os familiares que acreditaram em mim. É uma família numerosa de pessoas vindas do Ceará e da Bahia, e que encontraram em Brasília a oportunidade de fazer morada e garantir uma subsistência digna trabalhando no serviço pesado. Como eles não tiveram a oportunidade de passar por uma vivência universitária como a minha, quero compartilhar com eles cada caractere desse texto monográfico.

Ao professor Luiz Paulo, creio que nem toda produção do melhor alfajor argentino valeria o comprometimento que me foi dado ao longo das orientações acadêmicas, desde o PIBIC até essa monografia. Seu cuidado com o texto, sua solicitude e o seu jeito de eterno adolescente é impagável. Sei que ele diria que é sua obrigação, que está aqui sustentado pelo dinheiro do contribuinte, mas para mim isso é símbolo de uma pessoa que sabe ajudar o outro sem precisar de um contrato para mediar essa relação.

Agradeço aos professores, Tiago Gil e Francisco Doratioto, que gentilmente aceitaram participar dessa banca. Tive a oportunidade de ganhar muitos amigos nessas disciplinas obrigatórias e “optatórias”, bem como devo destacar as experiências muito proveitosas nos estágios no IPHAN-DF e no Senado Federal. Os servidores do PPNE da UnB foram importantíssimos, pois me deram a oportunidade de aprender muito com a tutoria de aluno especial. Além disso, creio que também se façam necessárias algumas citações nominais a pessoas que me apoiaram em momentos cruciais da minha vida, entre os quais estão Luiz Antonio Bichir, Ana Amélia, Mércia Dallyanne, Juliana Santana e Rodolfo Rodrigues. E um abraço especial para a Sânzia, que me ajudou na formatação do texto. Tenho muito mais a dizer, porém a lauda ficou curta. Mesmo assim, reitero o meu agradecimento a todos e todas que me ajudaram até aqui.

## RESUMO:

A admoestação senhorial é uma das formas de se compreender como é que se enraizou toda uma dinâmica de produtividade e, por conseguinte, a imposição de costumes para a população escrava. Há uma historiografia bem consolidada sobre esse assunto, só que abrangendo apenas a governança de negros nas regiões escravistas, ou seja, abordam Estados Unidos, Cuba, Brasil e as Antilhas. Neste trabalho tentaremos estabelecer algum parâmetro claro o suficiente para abordar o governo de escravos em sociedades não escravistas. Analisamos a história social e econômica da cidade de Buenos Aires no período colonial tardio (*tardocolonial*, em espanhol) a fim de tentar traçar um esboço do que poderia ser utilizado como material de pesquisa nessa árdua tarefa de definir formas de admoestação da população escrava buenairense.

**Palavras-chave:** liberalismo escravista; admoestação; escravidão em Buenos Aires; governo de escravos.

The master's admonition is one way to understand how to introduce a whole dynamic of productivity and therefore the imposition of customs for the slave population. There is a well established historiography on this subject, but just covering the governance of blacks in the slavist regions, ie, the United States, Cuba, Brazil and the West Indies. In this work we establish some parameters to understand the government of slaves in societies with slaves, but not in slave societies. We have analyzed the social and economic history of the city of Buenos Aires in the late colonial period (*tardocolonial*, in Spanish) in order to trace an outline of what could be used as sources in this arduous task of defining ways of admonition of the population of buenairense slaves.

**Key words:** slave liberalism; admonition; slavery in Buenos Aires; government of slaves

## SUMÁRIO

Introdução .....	6
Capítulo 1: Modelos de Comercio Colonial das Américas Espanhola e Portuguesa em Perspectiva .....	8
Capitulo 2: O Caso de Buenos Aires Colonial inserido no Contexto Ultramarino .....	14
Capitulo 3: Sociedades Escravistas e Sociedades com Escravos: um giro pelas dinâmicas de Trabalho e convivência dentro desses dois modelos .....	22
Conclusão .....	36
Bibliografia .....	38

## INTRODUÇÃO

Existe um grande esforço por parte da historiografia para qualificar o estudo sobre como a ideologia senhorial e as suas necessidades econômicas refletiram na dinâmica do mando da massa cativa. Sabe-se que tais trabalhos têm apresentado os resultados os mais díspares possíveis no que tange à reconstituição da dita órbita de dominação, ou seja, as formas para conseguir manter escravos “na linha”. O tema da dominação de escravos sob a óptica do escravismo ilustrado vem sendo bem trabalhado há pelo menos três décadas dentro da produção historiográfica.

Ademais, cabe frisarmos que os princípios da ilustração econômica no escravismo parecem ter logrado êxito tão somente na dominação de grandes massas cativas, ou seja, as “sociedades escravistas”<sup>1</sup>. Por conta dos registros produzidos, do impacto econômico da escravidão nessas sociedades, da literatura especializada em dominação de escravos, enfim, todos esses detalhes fizeram com que ficassem muitos rastros para estudar esse modelo.

A proposta que esboçamos aqui tem como objetivo entender a governança de escravos nas Américas numa óptica comparativa, ou seja, numa perspectiva que abarque tanto o controle da escravaria via princípios do pensamento econômico ilustrado (típico de “sociedades escravistas” dos séculos XVIII e XIX), e também apresentamos um paralelo com a apresentação um estudo dos princípios morais da escravidão em sociedades não escravistas. Tal proposição é feita tendo em vista que, segundo o levantamento bibliográfico que fizemos, o pensamento econômico ilustrado até chegou às economias coloniais mais periféricas, mas parece que não se produziu um pensamento sistemático sobre como administrar os escravos, talvez porque não se pensava na escravidão apenas no quesito eminentemente produtivo.

Entender o comércio de escravos em sua complexidade, levando em consideração os modelos adotados em sociedades escravistas e não-escravistas, é um exercício muito relevante para que possamos ter uma visão

---

<sup>1</sup> Caracteriza-se por uma região onde a mão de obra escrava é a força de trabalho predominante. Brasil, Estados Unidos, Antilhas Francesas e Cuba são as grandes potências escravistas do período colonial americano.

articulada de como essa grande atividade econômica determinou o sucesso produtivo em uma determinada região e condenaram tantas outras a um ciclo sem fim de irregularidades comerciais.

No caso em questão procuraremos entender, por meio de uma leitura comparativa, como se desenrolou a o controle propriamente dito da escravidão na parte mais escravista da América Portuguesa para, a partir daí sondarmos as pretensões de comando da classe senhorial numa região onde as pretensões com a escravaria eram muito mais modestas, tal como foi o caso encontrado no Rio da Prata, com ênfase para Buenos Aires, onde centraremos nossa explicação.

Num primeiro momento procuraremos construir uma argumentação que sirva de síntese ao leitor, proporcionando, assim, uma visão “panorâmica” da *trata* negreira e de outras mercancias nesses dois circuitos comerciais: as praças mercantis luso-brasílicas e o porto de Buenos Aires.

Para entendermos melhor as lógicas que regiam a sociedades coloniais escravistas e com escravos, adotamos a convicção de que estudar a ideia do “governo das almas” é um caminho necessário. A governança de escravos na América é um tema que tem levantando bons debates entre os historiadores da atualidade.

Nossa intenção é dar bons subsídios para discussões futuras a partir da comparação do caso da administração da escravaria em Buenos Aires *tardocolonial* e no Brasil Império. Somente à luz desses casos altamente díspares é que conseguiremos apresentar a necessidade de novas investigações acerca do fenômeno da governança de escravos nas Américas.

Nos capítulos que se seguem, faremos um paralelo entre as realidades econômicas das sociedades que serão estudadas, faremos uma breve sistematização de tópicos menos conhecidos do público de um modo geral, tal como os dados sobre a realidade econômica de Buenos Aires, assim como trabalharemos essas economias interligadas pelo atlântico. Depois dos capítulos 1 e 2, adentraremos especificamente nas especificidades do governo de escravos propriamente.

## 01 - MODELOS DE COMERCIO COLONIAL DAS AMÉRICAS ESPANHOLA E PORTUGUESA EM PERSPECTIVA

A profissionalização do comércio negreiro, aliada à dependência do mercado colonial por um número crescente de negros escravizados, fez com que a América Portuguesa acabasse comerciando um contingente muito expressivo de escravos. Levando-se em consideração o devir colonial, o lado espanhol nunca contou com um número tão expressivo de negros cativos tal como na parte brasileira.

Já na América Espanhola temos exatamente o oposto do que poderia ser visto como a prosperidade econômica colonial. O agente bloqueador de todo e qualquer avanço econômico na região foi à própria coroa espanhola. Elena Studer nos apresenta a ideia de que Castela seguiu a via monopolista desde o início e transportou para as Américas uma estrutura burocrática idêntica à sua<sup>2</sup>. O poder régio desfalcava o comércio nas possessões como estratégia para manter sua hegemonia comercial frente aos vassallos. Até a chegada da dinastia dos Bourbons à Coroa espanhola, os Áustrias fizeram o que estava ao seu alcance para frear tudo que não atendesse exclusivamente os seus interesses<sup>3</sup>.

Enquanto os portugueses apostaram na geração de excedentes coloniais, e trabalharam muito para que isso ocorresse, na hispanoamérica a equação não se fechou tão rapidamente. Os interesses coloniais e a geração de riquezas são coisas que não se aprendem da noite para o dia. Alencastro sustenta a tese de que a coroa portuguesa deu as condições necessárias para o desenvolvimento comercial da colônia, o que faria com que os colonos produzissem mais e melhor para os interesses reinóis<sup>4</sup>, enquanto que a mobilização de colonos para produção e diversificação de riquezas permaneceu muito restrita na América espanhola, sendo que movimentos mais expressivos para liberalização do comércio só vieram no século XVIII.

---

<sup>2</sup> STUDER, Elena. *La trata de negros en el Río de la Plata durante el siglo XVIII*. Buenos Aires: Libros de Hispanoamérica, 1959, p. 15.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, p. 16.

<sup>4</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul (sécs. XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 22.



No entanto, em que pese essa paralisia econômica provocada nas economias coloniais da América Espanhola, tal como destacada pela historiografia clássica representada aqui por Elena Studer, há também quem defenda que as relações econômicas do período colonial teriam sido vistas de cima para baixo, ou seja, da metrópole para as colônias.

Romano propõe uma observação um pouco mais minuciosa e salienta a necessidade de observarmos as interações desenvolvidas no âmbito interprovincial, bem como observar o retorno das relações da colônia para com a metrópole. O contrabando, e, por conseguinte, as dificuldades de se estabelecerem números confiáveis empregando a contabilidade oficial, dado o cenário de interesses locais *versus* tratativas régias, põem em dúvida a interpretação da supremacia da coroa no trato com os seus colonos.

A ilegalidade no comércio na *hispanoamérica* decorre, em boa medida, das medidas de controle perpetradas pela coroa espanhola e que se mostraram muito desastrosas nos seus propósitos. O jogo levado a cabo pela Espanha era muito cruel com os interesses dos colonos. Como as condições sempre vinham de cima para baixo, ou seja, sem dialogar com os interesses daqueles que eram o núcleo duro das finanças espanholas, muitas das vezes se fazia mais atrativo se utilizar do excedente colonial para negociar com os estrangeiros, aí sim privilegiando os intentos dos contrabandistas. O comércio “semilegal”, como são chamadas as *arraibadas forçadas*– pedidos de socorro “maliciosos” – feitos numa constância exagerada, principalmente na região do Rio da Prata, ditavam as práticas comerciais. O navio estrangeiro que era “socorrido” chegava àquelas bandas carregado de mercadorias com demanda garantida no mercado local. Dessa forma tudo era facilmente vendido. Esse comércio pujante feito na ilegalidade para os colonos abastecia tranquilamente muito do que a metrópole ignorava.

A debilidade da coroa espanhola, somada à corrupção das instituições coloniais favorecia enormemente o contrabando. Proibidos de comprar e produzir, esses colonos estavam entregues ao comércio ilegal. A Espanha tinha suas possessões como uma grande “fonte dos desejos”, os estrangeiros

viam ali um bom mercado consumidor, e os colonos, ainda na visão de Romano, tinham seus próprios interesses.

Essa fragilidade econômica provocada pela própria coroa não emperrou o comércio intracolonial. Esses encontraram diversas formas de produzir e comerciar, conseguindo aumentar a circulação progressivamente. Sob essa óptica, não temos nem uma hispanoamérica completamente “vitima” da Espanha, nem recheada de grandes potências sustentadas pelo consumo interno e pelo material contrabandeado. O contrabando só vai ter suas cifras abaladas de forma gradativa ao longo do século XVIII, que é quando a coroa espanhola traça um conjunto de medidas com o intuito de revigorar o comércio nas Américas e engordar o erário régio, numa clara tentativa de colocar as rédeas nas possessões, mas agora cada vez mais submissa aos dissabores de obedecer aos interesses da “economia mundo”<sup>5</sup>.

Esse cenário de instabilidades comerciais refletiu diretamente na *trata* dos negros. A escravidão negra teve de “competir” com as outras formas de trabalho compulsório estabelecida nas hispanoamérica, notadamente as *encomiendas*, sistema no qual a mão de obra indígena fora largamente utilizada<sup>6</sup>. Dada a instituição dessas alternativas de exploração, o negro escravizado fora durante muito tempo só mais uma alternativa de força de trabalho, não o predominante, nem muito ausente. Os negros se fizeram muito mais necessários na América Portuguesa justamente porque fora lá onde essas outras formas de trabalho compulsório não vingaram (*mita*, *naboría*, *encomienda*).

Durante muito tempo a coroa espanhola achou que a única maneira de conduzir sua agenda econômica deveria ser pautando-se única e exclusivamente pela proteção do erário régio. Enquanto portugueses, holandeses, franceses, britânicos etc. faziam suas jogadas para estabelecer possessões na África ou até mesmo garantir acordos de cooperação com vistas a dar um *feedback* sempre que alguém quisesse comprar escravos, a

---

<sup>5</sup> ROMANO, Ruggiero. Algunas consideraciones sobre los problemas del comercio en hispanoamérica durante la época colonial. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. E. Ravignani”*. n. 1, 1989, p. 33.

<sup>6</sup> STUDER, Elena. *op. cit.*, p. 47.

coroa espanhola ficava cada vez mais entorpecida nas discussões sobre o que fazer para manter as suas *ganancias*<sup>7</sup>, emperrando todas as tentativas dos colonos hispânicos de estabelecerem seu próprio mercado de compra e venda de escravos.

Em matéria de arranjo comercial, pode-se dizer que o modelo português obteve melhores resultados. De acordo com Alencastro, o ensaio da colonização bem-sucedida na América Portuguesa só teve como lograr êxito em virtude da experiência que os lusitanos acumularam em seus intentos de avanço em Angola, Moçambique e Guiné. O maior avanço lusitano em solo africano se deu em Angola, o que lhes possibilitou certa bagagem na hora de aperfeiçoar o sistema cá existente<sup>8</sup>. Pode-se dizer que existiu na América Portuguesa a garantia dos insumos necessários para a geração do excedente colonial. Isso garantiu o salto progressivo do capital mercantil luso-brasílico.

Ainda sobre a obra de Alencastro, destacamos que as relações comerciais no Atlântico criaram uma grande teia de acordos entre os homens de grossa aventura no trato negreiro e de outras mercadorias. Além disso, contribuições tal como a desse historiador também serviram para ressaltar que esses interesses comerciais envolviam uma miscelânea comercial imersa em relações sociais e culturais que foram construídas a partir dessa experiência ultramarina. A literatura especializada é bem servida de títulos que exploram todas essas relações que se construíram, o que faz com que tenhamos condições de traçar um quadro explicativo mais apurado sobre esse objeto denso e ao mesmo tempo abstrato que é o “mundo atlântico”.

Toda a porosidade das relações sociais, políticas e econômicas criaram um ambiente no qual não podemos explicar a nossa formação colonial por nós mesmos, mas sim por uma gama de *insights* comerciais produzidos no comércio atlântico, este que por sua vez virou um grande espaço homogêneo onde os homens de grosso cabedal se despem de sua vassalagem para

---

<sup>7</sup> “**Ganancia**”. Na lingua espanhola, significa: Ganho, lucro, utilidade. No sentido de “ganância, ambição”, usa-se **ambición**. Consulta realizada ao dicionário Michaels *online*. Link: [http://michaelis.uol.com.br/escolar/espanhol/definicao/espanhol-portugues/ganancia\\_20425.html](http://michaelis.uol.com.br/escolar/espanhol/definicao/espanhol-portugues/ganancia_20425.html). Acessado em 07-03-2014.

<sup>8</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *op. cit.*, p. 12-19.

garantir o contínuo expansionismo de seus bens, aqui conhecidos como a constante do crescimento do capital mercantil.

Desde os seus “primórdios”, a população residente no Prata via como vantagem estar inserida no comércio com os inimigos<sup>9</sup>, pois só assim teriam mais vantagens. Comerciar com os portugueses que estavam estabelecidos na Colônia do Sacramento, onde se concentrava os luso-brasílicos, era a perspectiva tida como a mais viável para aquela região constituída no final do século XVI sob o signo da mais completa debilidade econômica. A coroa, por sua vez, mesmo que deficitária no que diz respeito à regulação das atividades econômicas na dita região, via-se no direito de controlar, por meio de vários dispositivos legais, a prática comercial. Muitas Reais Ordens e Reais Cédulas foram expedidas ordenando aos colonos para que não entrassem na teia de ilegalidades dos mercadores portugueses<sup>10</sup>.

Os luso-brasílicos se aproveitaram muito desse cenário de maior liberdade de relações comerciais. Alencastro apresenta os mercantilistas da América Portuguesa como muito mais descolados da coroa portuguesa, e, por conseguinte, muito mais inseridos à dinâmica cheia de interesses ilegais presentes no comercio ultramarino. Tal versatilidade fizera com que fosse mais avançada e predatória a fome de terra, de braços cativos e, enfim, de excedentes produtivos em escala cada vez maiores.

Esse percurso de limitações comerciais que tanto devastou as práticas comerciais em toda a América Espanhola deriva, tal como já foi comentado, da incapacidade daquela coroa de prover seus colonos de insumos básicos para a manutenção da competitividade. Um dos pontos mais críticos de todas essas disputas girava em torno da ineficácia de todos os instrumentos gestados pelos espanhóis com vistas a tentar fixar um comércio próprio de escravos para suas colônias. Toda essa debilidade fizera com que várias companhias estrangeiras ocupassem (com más intenções, é claro) essas prerrogativas<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup>Inimigos por conta da coroa que detinha o domínio em detrimento da outra.

<sup>10</sup> VILLALOBOS R, Sergio. Comercio y contrabando en el Río de la Plata y Chile (1700-1812). Buenos Aires: Editora Universitaria de Buenos Aires, 1963, p. 23.

<sup>11</sup> Idem, Ibidem, p. 66.

A fome expansionista dos comerciantes luso-brasílicos encontrou alento na bacia do Prata e eles se tornaram, ainda no século XVI, grandes baluartes do comércio ultramarino. Uma grande oligarquia da praça mercantil fluminense conseguiu até estabelecer seus vínculos parentais na conturbada Buenos Aires logo após o período da Restauração (1580-1640). Salvador de Sá e seu clã tinham como objetivo encontrar os caminhos para continuar comerciando com os hispano-americanos, e o mais importante, tendo acesso à prata de Potosí que escoava livremente pela porta ilegal no atlântico que era a praça buenairense.

E da inabilidade política para uma repaginada administrativa, temos um longo caminho que só começa a ser traçado na segunda metade do século XVIII, no início do reinado dos Bourbons. Só então que serão instituídos alguns mecanismos para melhorar a administração colonial, dando assim uma guinada no que diz respeito aos interesses mercantis e dos próprios colonos<sup>12</sup>. O reformismo vai inspirar todo um pacote de melhorias, o que por sua vez finalmente desaguou na liberdade do tráfico negreiro, instituído somente em 1789. Até lá, tem-se um cenário onde imperou todo tipo de dismantelos comerciais. E mesmo depois da “arrumação” empreendida pela coroa, ainda assim o prognóstico das melhorias não foi lá dos mais surpreendentes.

---

<sup>12</sup> LYNCH, Jonh, *Administracion colonial española 1782-1810*: El sistema de intenoenciaen el virreinato del Rio de la Plata. Buenos Aires: Editora Universidade de Buenos Aires, 1962, capitulo 1.

## 02 - O CASO DE BUENOS AIRES COLONIAL INSERIDO NO CONTEXTO ULTRAMARINO

A Buenos Aires que foi fundada pela segunda vez em 1580 nasceu condenada ao ostracismo. A conjuntura econômica da fundação do vilarejo era tão precária que só por meio de uma boa explicação é que podemos assentar a ideia de que ali existiu um dos maiores pontos de contrabando de todo o período colonial das Américas.

Alice Canabrava, uma das historiadoras de referência quando o assunto é a economia colonial dos contatos brásílicos na região platina, apresenta a pesquisa mais consagrada sobre as relações econômicas entre essas duas regiões. Apesar da preocupação da coroa com a manutenção dos domínios territoriais na hispanoamérica, o que de certo modo foi uma constante, haja visto que a região estaria muito indefesa frente a quaisquer avanços de outros países, um dos maiores problemas para efetivar tal controle era a baixa densidade populacional em todas as regiões da colônia, sendo que grandes povoamentos, ou seja, regiões com densidade demográfica considerável, só existiram, naquele período, na região do Alto Peru. Sendo assim, todas as outras localidades estavam entregues a uma lógica muito perversa em matéria de diversificação das atividades econômicas<sup>13</sup>.

Buenos Aires nascia então como mais um pequeno povoado onde a pobreza rondava cada espaço. Antes da criação de gado se tornar fartamente extensiva na região do Prata, o que criaria grandes circuitos para a venda de couro e charque ao longo dos séculos XVIII e XIX<sup>14</sup>, a cidade serviu tão somente como um pólo para o fornecimento de mercadorias para outras colônias. Era por meio do comércio intracolonial que essa pequena província conseguiu ter algum provento econômico significativo. Buenos Aires não poderia sobreviver economicamente sem o consumo interno do Vice-reino do Peru.

---

<sup>13</sup> CANABRAVA, Alice P. *Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1944, p. 28-37.

<sup>14</sup> GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Pastores y labradores de Buenos Aires: Una historia agrária de la campaña buerairense*. Buenos Aires: Editora da Universidade de Buenos Aires, 1999.

O símbolo mais duradouro das relações comerciais entre os brasílicos e os platinos esteve, ao longo de todo período colonial, entrelaçado com o tráfico negreiro. Ainda falando em luso-brasílicos nas Américas, é importante salientarmos como a ideia do Rio da Prata como um “apêndice” da América Portuguesa fora uma constante. O comércio de escravos e outras especiarias impulsionaram as mais variadas praças mercantis brasílicas. Havia uma ligação muito forte entre os mercadores do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco<sup>15</sup>.

Como já foi explicitado, o comércio negreiro era, de certo modo, uma camuflagem para os reais interesses brasílicos naquela região. Era por meio do comércio de negros africanos que esses mercadores adentravam ao mercado cheio de protecionismos da coroa espanhola.

Os navios chegavam carregados de africanos para o comércio, mas, o que realmente motivava os brasílicos era ter o artifício que permitisse que eles pudessem utilizar para entender a dinâmica comercial daqueles grupos, para daí retornar com as embarcações carregadas das especiarias locais, principalmente o tabaco, um dos principais “frutos da terra” hispânicos que despertava o interesse dos estrangeiros. Esse tabaco, por sua vez, era uma mercadoria preciosa no circuito comercial ultramarino<sup>16</sup>.

O intervencionismo da coroa espanhola, sobre o qual fizemos referência nas passagens anteriores, materializou-se por meio de dispositivos legais que são bem característicos da história do comércio negreiro na hispanoamérica. Foram três modelos de comércio de negros na América Espanhola a serem regulamentados pela coroa: o período das *Licencias* (1493-1595); os *Asientos* (1595-1789); e por fim, a Liberdade do Tráfico (1789-1812). Sendo que nos dois primeiros, a escravidão estivera subordinada a autorizações régias<sup>17</sup>.

Esse intervencionismo estatal nas duas primeiras fases do comércio negreiro atrapalhou enormemente o avanço do tráfico legal de escravos para a região, e ao mesmo tempo funcionou como agente propulsor dos interesses

---

<sup>15</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *op. cit.*, p. 78-83.

<sup>16</sup> CANABRAVA, Alice. *op. cit.*, ver capítulo 8.

<sup>17</sup> SUTDER, Elena. *La trata de negros en el Río de la Plata durante el siglo XVIII*. Buenos Aires: Libros de Hispanoamérica, 1959, p. 48.

dos contrabandistas. A coroa, ciente de que conseguiria controlar tudo aquilo que os estrangeiros faziam em seus territórios coloniais, muitas vezes chegaram a fixar quantidades de bens que poderiam ser retirados pelos comerciantes no momento do retorno. A coroa fazia isso por meio de dispositivos legais tais como as *Reales Cédulas* sobre as quais já fizemos referência, tentando assim, infrutiferamente, cercear o comércio daquilo que no entendimento régio não poderia ser comercializado livremente com as outras potências ultramarinas. Independente da companhia que estivesse à frente do contrato fornecimento de negros, a regra foi desrespeitada sistematicamente e os estrangeiros levavam muito mais.

O comércio ilegal feito de maneira extensiva não ajudou em nada a consolidação de uma riqueza eminentemente local. Muitos luso-brasílicos se aproveitaram dessa situação de debilidade programática platina para sugar ainda mais seus excedentes produtivos, aprender como é que funcionavam suas rotas de integração intracoloniais e tantas outras limitações<sup>18</sup>.

Um “fruto da terra” muito cobiçado pelos estrangeiros e que fazia com que eles tentassem adentrar aquela região a qualquer custo era a Prata de Potosi. E a ganância luso-brasílica no tocante as riquezas platinas foi apoiada pela coroa portuguesa, que, dentre outras coisas, chegou a dar todo apoio necessário para que a oligarquia dos Sá, do Rio de Janeiro, pudesse avançar no comércio ilegal para aquela região logo após o fim do período de união das duas coroas<sup>19</sup>. Além da influência dos Sá no Prata, do Rio de Janeiro, também podemos destacar outro episódio, também muito característico, em que o aparelhamento da bacia do Prata era feito pelos colonos de Pernambuco, que também estiveram presentes nas atividades econômicas desenvolvidas na região do Prata, sendo que muitos deles estabeleceram residência por aquelas paragens<sup>20</sup>.

Durante a fase de união das coroas portuguesa e espanhola (1580-1640), a historiografia aponta para uma efervescência dos interesses dos

---

<sup>18</sup> CANABRAVA, Alice. *op. cit.*, p. 148-163.

<sup>19</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *op. cit.*, p.202-3.

<sup>20</sup> Para entender melhor a participação dos cristãos-novos de Pernambuco no comércio platino, ver GUIMARÃES, J.F.S. “Comerciantes cristãos-novos: do açúcar ao tráfico de escravos para as Índias de Castela”. 7 mares, v. 1, p. 88-97, 2012.



contrabandistas na região do Prata. Esse período foi marcado por intercâmbios comerciais entre os colonos das duas regiões. O que frustrou com esse mercado da ilegalidade foi o momento em que a união das coroas foi desfeita.

Em 1640, quando se acabou a dita união, os buenaireses perceberam que estavam em sérios apuros comerciais, momento este em que as monarquias deveriam voltar a defender um princípio de soberania territorial e que as suas possessões nas Américas espanhola e portuguesa também deveriam voltar a ser inimigas. A partir de então, a estranha regularidade na circulação de riquezas oriundas do contrabando, percebida pelos platinos, foi subitamente embora, bem como os portugueses que por lá estavam também partiram, deixando como resultado um novo ciclo de quedas nas atividades comerciais naquela região<sup>21</sup>.

Como já dissemos anteriormente, era difícil controlar o comércio ilegal, principalmente na região platina, onde temos em destaque Buenos Aires, quando os próprios platinos viam na obediência às disposições régias a receita para o fracasso econômico. Já que não era muito fácil negociar com a coroa espanhola, a interação com os lusitanos era vista pelos platinos como o canal para a diversificação dos espaços econômicos. Lembremos, pois, que a coroa boicotava sistematicamente as atividades desenvolvidas no Rio da Prata, tendo em vista que o interessante para a coroa era o monopólio do comércio limenho.

Em segundo lugar, cabe novamente salientarmos que a corrupção dos agentes públicos era avassaladora e uma necessidade premente para a manutenção desse audacioso sistema de contrabando que se constituiu por aquelas bandas. O exemplo mais emblemático resgatado pela historiografia para o século XVII é Diogo de Vega, citado por Alice Canabrava como o maior contrabandista de Buenos Aires para o ano de 1610, que submetia todos os circuitos possíveis a sua vontade. Vera era detentor de grandes sistemas de crédito, contato com vários mercadores estrangeiros e até mesmo o monopólio do porto, o que o tornava um homem de muita influência. Essas teias de

---

<sup>21</sup> CANABRAVA, Alice. *op. cit.*, p. 181-2.

ilegalidade muitas vezes acabavam com qualquer esforço por parte da burocracia local para coibir o comércio ilegal<sup>22</sup>.

No entanto, em que pese a proeminência de Diogo de Vera em todo o circuito comercial, o destaque fica por conta de todo aparelhamento luso-brasílico empreendido na burocracia espanhola instalada no Rio da Prata. Fugidos da inquisição que se fazia muito persistente e que perseguia os cristãos-novos da América Portuguesa, esses brasílicos que adentraram ao Rio da Prata durante o período de 1580 a 1640 tiveram muita dificuldade para tomar conta dos aparelhos de fiscalização régios instalados pela Espanha.

Pensando na perspectiva atlântica, tais conluios serviram para retroalimentar os interesses estrangeiros. Boa parte dos administradores coloniais estavam de mãos atadas e/ou se beneficiavam dos avanços ilegais. Os interesses estavam tão fora de Buenos Aires que não raras vezes Canabrava apresenta casos em que portugueses compravam cargos públicos da praça buenairense, mesmo que tal prática fosse ilegal<sup>23</sup>.

Os escravos africanos eram a chave de entrada para todo esse sistema comercial, mesmo que em muitos casos os cativos simplesmente ficassem amontoados em larga escala até que alguns dos poucos comerciantes com alguma riqueza capitalizada pudesse adquiri-los, haja visto que eram muito caros para os parâmetros econômicos da região. Era daí que se poderiam conseguir todas as outras mercadorias, o que por sua vez faria o comércio ultramarino fluir. Mesmo levando em consideração que o escravismo não se fez tão constante na hispanoamérica, não podemos encará-lo como irrelevante, até porque toda essa roda de ilegalidade que circulou anteriormente foi alimentada pela aproximação de grupos negreiros externos ao porto de Buenos Aires.

As quedas nas atividades econômicas ao longo do período colonial em todas as Américas foram frequentes, mas quando temos em questão um mercado tão debilitado como o de Buenos Aires, qualquer susto – neste caso, a debandada dos portugueses – já era o suficiente para retroagir todo o circuito comercial existente. Essa é uma das características mais recorrentes da

---

<sup>22</sup> CANABRAVA, Alice. *op. cit.*, p. 124

<sup>23</sup> Idem, *Ibidem*, p. 125.

estagnação das colônias espanholas se comparadas com a flexibilidade comercial existente nos domínios das outras coroas.

Pensando no comércio de escravos frente a essa demanda irregular do referido mercado colonial, podemos então assentar duas justificativas para o baixo uso da mão-de-obra de africanos em toda a América Espanhola: o intervencionismo estatal e a irregularidade do comércio ilegal. Os vários episódios destacados pela historiografia e apresentados servem de subsídio para tal argumentação. Até o século XVIII a economia colonial espanhola seguia muito debilitada.

Foi na segunda metade do século XVIII que Buenos Aires, essa parte esquecida das possessões espanholas e que estava entregue aos impulsos comerciais dos contrabandistas, se tornou uma grande rota comercial. O símbolo das mudanças econômicas na região foi a promoção da província de Buenos Aires a sede do novo vice-reino hispânico no ano de 1776. Os habitantes da região passaram a se sentir mais agraciados à medida que foi criada uma série de dispositivos legais visando a circulação de bens e serviços na região do Prata. É nessa época que o comércio negreiro passa finalmente a desenvolver-se abertamente com comerciantes de outras nações européias e, é claro, com outros negreiros brasílicos<sup>24</sup>.

Porém, o despertar econômico da região não se desvencilhou de algumas dificuldades típicas do mercado platino. A historiografia clássica tem Sergio Villalobos como um dos cânones dessa discussão sobre as concepções de mercado coloniais meridionais. Villalobos destaca muitos descompassos no mercado chileno e buenaerense. O maior de todos os problemas enfrentados no mercado platino era que qualquer especulação econômica acima do normal poderia mandar tudo para a estaca zero.

A partir da abertura comercial que aconteceu na América Espanhola no século XVIII, muitos mercadores passaram a olhar de forma muito abrupta para o Prata, pois imaginavam que ali encontrariam um mercado muito próspero e com demanda reprimida. Expectativas frustradas, pois ao que tudo indica não

---

<sup>24</sup> BORUCKI, Alex. "Las rutas brasileñas del tráfico de esclavos hacia el Río de la Plata, 1777-1812". *Anais do 4º encontro Escravidão e Liberdade no Brasil meridional*. Curitiba, 2009.

havia público suficiente com condições de comprar tudo que passou a ser comerciado com o advento da abertura comercial oitocentista. O que a historiografia demonstra é que a consequência mais forte de todo esse processo econômico foi que os portos ficaram mais e mais inundados de mercadorias, tanto em matéria de contrabando como de comércio legal.

A situação ficou tão caótica que não poucas vezes os produtos que saíam da Europa chegavam até Buenos Aires com altíssimas taxas de depreciação. Havia *mercancias* que, em virtude do excesso de demanda que se fez presente no porto de Buenos Aires, acabaram ficando mais baratas no porto platino do que se estivessem sendo vendidas em Cadiz, na Espanha<sup>25</sup>. Nesse ínterim muitos obtinham seus lucros, mas a arrecadação, que a coroa espanhola tinha o anseio de aumentar, essa continuou com frustração de receita.

Apesar de continuar sendo uma economia colonial periférica, a situação econômica do Prata, e de Buenos Aires especificamente, tornou-se mais consistente do que antes do século XVIII. Os comerciantes do Rio da Prata conseguiram aumentar substantivamente os números da entrada de negros escravizados. A abertura comercial para a *trata* na região viera em 1791, ou seja, dois anos após semelhante permissão dada aos cubanos. “(...) Entre 1777 y 1812, al menos 60.000 esclavos fueron traídos al Río de la Plata desde África y Brasil por vía marítima (...)”<sup>26</sup>.

A demanda por várias especiarias não era lá muito grande em Buenos Aires, o que gerava toda aquela bolha especulativa no mercado tal como citado anteriormente e a necessidade de cativos também era baixa. A situação é facilmente verificada desde a primeira metade do século XVIII, ainda na época dos *asientistas* ingleses. Aqueles que compravam os negros eram, na maior parte das situações, habitantes de regiões mais distantes do Prata que ocasionalmente passavam pela cidade de Buenos Aires. Os próprios comerciantes buenaienses organizavam grandes expedições em que levavam escravos para serem vendidos nas redondezas ou até mesmo muito longe dali,

---

<sup>25</sup> VILLALOBOS R, Sergio. . *Comercio y contrabando en el Río de la Plata y Chile (1700-1812)*. Buenos Aires: Editora Universitaria de Buenos Aires, 1963, p. 83.

<sup>26</sup> BORUCKI, Alex.. *op. cit.*, p. 1.

o que tornava o comércio muito dispendioso<sup>27</sup>. A historiografia indica que a situação pode não ter mudado tanto de figura durante o auge da *trata* negreira no Prata. Sendo assim, a ganância pelos “frutos da terra” foi algo que perdurou.

---

<sup>27</sup> STUDER, Elena. *op. cit.* p. 218-25.

### 03 - SOCIEDADES ESCRAVISTAS E SOCIEDADES COM ESCRAVOS: UM GIRO PELAS DINÂMICAS DE TRABALHO E CONVIVÊNCIA DENTRO DESSES DOIS MODELOS

(...) L'esclavage est une insitution juridique ou coutumière qui permet la mise en captivité et la transformation de certains individus en propriété d'autrui. Alors que l'esclavagisme se réfère aux sociétés dans lesquelles l'esclavage est le mode d'exploration dominant. Ainsi, l'esclavage était autorisé en Espagne et Portugal métropolitains à la époque moderne, sans qu'il y ait esclavagisme puisque l'institution ne constituait pas un mode dominant. Dans les Antilles, au Brésil et au sud des États-Unis, l'esclavage pénétrait dans tous les pores de la société, configurant une situation historique où prédominait l'esclavagisme. (...) <sup>28</sup>

As economias coloniais carregam consigo diferenças que, como pudemos destacar ao longo dos últimos capítulos, serviram para criar formas distintas de trabalhos compulsórios nas Américas. A escravidão negra é um dos temas que foram amplamente estudados pela historiografia do século XX, em especial aqui no Brasil <sup>29</sup>.

Porém, e esse é o ponto central de nossa discussão de agora em diante, pensar nas distinções entre as sociedades *escravistas* e *não escravistas* torna-se fundamental para entendermos os modelos escravagistas em suas complexidades. Dessa compreensão é que se pode perceber como se articulavam as relações entre amos e cativos numa perspectiva mais abrangente, mas que ao mesmo tempo não perde o foco nas vicissitudes de cada sistema. Pensar a escravidão nessa dualidade (escravista e não escravista) faz com que consigamos entender melhor as ideologias senhoriais em voga em cada uma das sociedades para as quais se pretende discorrer .

Como foi dito anteriormente, algumas particularidades conferiram maior destaque ao comércio negreiro em umas regiões e em outras não. Alencastro

---

<sup>28</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe. “La traite des noirs et l’esclavage dans l’Atlantique sud, le Brésil et l’Angola”. In : *La traite négrière, l’esclavage et leurs abolitions: mémoire et histoire*. Actes du colloque national. Paris, França. 2007.

<sup>29</sup> Para citar um bom balanço sobre o avanço produtivo da historiografia brasileira nas últimas três décadas, ver, por exemplo: MARTINS, C. M. R. “Conhecimento histórico e historiografia brasileira contemporânea. *Revista Portuguesa de História*. V. 42, p.197-219, 2011.

nos apresenta os portugueses como “profissionais” altamente qualificados no comércio atlântico de escravos. A Espanha seguiu estagnada em termos comerciais durante quase todo período colonial, e até quando tentou se modernizar por meio de uma liberalização comercial no século XVIII, acabou que o único mérito que a coroa castelhana conseguiu foi justamente ficar mais atenta as demandas comerciais dos colonos, para daí então passarem a última metade do século XVIII e o século XIX inteiro, com as colônias remanescentes, tentando garantir um salto na obtenção das riquezas, as quais estavam sendo pilhadas sistematicamente por outras nações.

Em resumo, os grandes setores produtivos da América portuguesa necessitavam de negros para continuar movimentando esses grandes empreendimentos, e isso por sua vez criou uma situação favorável à “naturalização” da constante necessidade da vinda de negros africanos. Enquanto isso na América Espanhola, a única coisa que reinou durante muito tempo fora o profundo desentendimento entre o interesse dos colonos e a sanha impositiva da coroa.

A escravidão nas sociedades escravistas criou um fenômeno que o historiador Rafael de Bivar Marquese estuda com muita profundidade, que é o liberalismo escravista. Carro chefe do que foi chamado de liberalismo escravista nas Américas derivou do pensamento econômico ilustrado desenvolvido na Europa ao longo do século XVIII e foi amplamente difundido juntamente com os ideais iluministas da cultura européia que se alastrou pelo Atlântico.

Foi no embalo dessas novas tendências produtivas que a Europa se viu num novo estágio: o desenvolvimento industrial. Acompanhando essa nova era, as colônias escravistas entraram na lógica da *dupla escravidão*, ou seja, a otimização do trabalho escravo com vistas ao atendimento do consumo de *commodities* que se faziam cada vez mais requisitadas pelos manufatureiros europeus. Esse movimento serviu para sistematizar um conjunto de ideias que deveriam servir para que a classe senhorial melhor pudesse administrar sua

massa cativa e assim ampliar seu poder econômico por meio da racionalização do trabalho escravo<sup>30</sup>.

A ideologia senhorial antilhana, brasileira e estadunidense passou por um longo processo em que se pensava na qualidade do escravismo como a chave para o sucesso produtivo. Tudo era pensado para não abalar a lógica do sistema produtivo instaurado. O jeito de castigar os escravos, a disposição física das senzalas, a alimentação, a catequização e etc. Todos os pensamentos sobre a racionalidade do trabalho escravo nos embalos do século XVIII e XIX nessas sociedades giravam em torno da necessidade de garantir a admoestação dos cativos, o que era de extrema importância para se garantir o liberalismo escravista.

Assim, temos um “liberalismo escravista” forte do qual Bivar de Marquese faz um amplo mapeamento, desse desenvolvimento das instituições escravistas das Américas durante o período e que culminou entrada das mesmas na lógica da “economia globalizada”. Ao sondar o desenvolvimento econômico das potências coloniais escravistas, o autor constrói um fino argumento sobre as diferenças entre os vários modelos de administração de escravos.

Nas sociedades escravistas os processos de aperfeiçoamento do trabalho escravo estavam fartamente presente, seja nos grandes manuais, nas discussões dos tecnocratas de governo, na imprensa, nas conversas dos grandes produtores, enfim, a tensão era permanente. Escravos com “muitas ideias” não era uma coisa lá muito convidativa. O *grande olho* do senhor deveria se fazer presente na vida dos escravos. O sistema paranóico instituído pela classe senhorial nas grandes potências escravagistas tinha como pressuposto vigiar para evitar a necessidade de punir.

E é nessa nova fase produtiva temos a ascensão da única região que teve um crescimento econômico suficientemente forte para criar uma massa cativa abrangente a ponto de criar a única sociedade escravista da hispanoamérica. Trata-se da sacarocracia cubana da segunda metade do

---

<sup>30</sup> BIVAR DE MARQUESE, Rafael. *Senhores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 33.



século XVIII. No entanto, cabe destacar que em muitos casos o bom governo de escravos parece ter ficado em segundo plano em virtude do interesse em se obter um avanço cada vez maior na produção. A elite colonial cubana, a título de ilustração, estava muito mais atenta no que diz respeito às formas de aperfeiçoar o processo de fabrico do açúcar do que assegurar os dispositivos legais da Real Cédula de 28 de fevereiro de 1789, documento este criado pela coroa espanhola com o objetivo de regulamentar os “bons modos” para a governança de escravos<sup>31</sup>.

A explicação sobre o escravismo ilustrado é bem fundamentada principalmente por conta de uma literatura especializada que surgiu nas sociedades nas quais é possível se pensar essa ideologia senhorial. Tais percepções historiográficas se fazem mais visíveis justamente por conta dos lastros deixados para se estudar essas dinâmicas e como se “governavam as mentes” em sociedades escravistas. Porém, pelo que pudemos levantar bibliograficamente, fica pendente uma discussão mais sistemática sobre os modos de governança de escravos em sociedades menores e nas quais o escravo não tem toda essa relevância econômica das grandes potências coloniais.

Temos um campo bem constituído para esboçarmos boas explicações sobre o pensamento econômico ilustrado nas sociedades altamente escravistas, mas, e nas sociedades com escravos, o que podemos dizer sobre a racionalidade do pensamento economicista da administração de negros em finais do século XVIII e ao longo do XIX?

Por meio da literatura historiográfica, recorreremos a dois recortes temporais bem característicos, no qual apresentamos a relação senhorial numa grande praça mercantil brasileira, no caso em questão destacando o Rio de Janeiro durante a fase imperial, com o pujante comércio do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, bem como tantas outras regiões que viviam um momento de grande salto produtivo nos tempos do Brasil Império, tudo à custa do grandioso sistema de comércio negreiro mantido na ilegalidade (1831-1870) e; do outro lado do nosso comparativo, faremos uma análise na qual a teremos em

---

<sup>31</sup> BIVAR DE MARQUESE, Rafael. *op. cit.*, p. 214.

destaque o sistema de escravização presente em Buenos Aires, centro da economia colonial do Rio da Prata em seu “período de ouro” em termos de integração comercial atlântica. Ou seja, a formação do vice-reino com capital na cidade de Buenos Aires e a formalização de sua inserção nos mercados mundiais (1776-1812): uma sociedade com escravos. Por meio desse breve comparativo entre sociedades esboçar as diferenças entre as formas de dominar os cativos, bem como estabelecer uma reflexão que tenha por objetivo traçar formas de se estudar temas tais como governo de escravos e, por conseguinte sondar outros aspectos da ideologia senhorial, para além das sociedades escravistas,

A economia escravista do Brasil teve o seu “período de ouro”, momento do mais feroz avanço do comércio negreiro durante o final do século XVIII e primeira metade do XIX. A cafeicultura no Vale do Paraíba foi das regiões que demandaram mais cativos e ajudaram a elevar substancialmente os números do comércio negreiro. Sidney Chalhoub, a partir dos dados recopilados por Robert Slenes no site *SlaveVoyages*, fala de uma senhora peculiaridade no escravismo brasileiro.

(...) De acordo com estimativas mais recentes, em todo período de tráfico negreiro para o Brasil, desde meados do século XVI até os anos 1850, chegaram ao país mais de 4,8 milhões de africanos escravizados, no primeiro quartel do século XIX (1801-25), 1.012.762 africanos; no segundo quartel (1826-50), 1.041.964, e outros 6.800 vieram após a nova lei de proibição do tráfico em 1850. *A aritmética dos dados revela que mais de 42% das importações de africanos para o Brasil em três séculos de tráfico negreiro aconteceram apenas na primeira metade do século XIX.* (...) <sup>32</sup> (grifo meu)

Como podemos observar por meio de uma simples contraposição cronológica, o “período de ouro” escravista no Brasil ocorrera na mais completa ilegalidade a partir de 1831. “A reafirmação do escravismo foi um dos elementos que permitiram a expansão avassaladora da cafeicultura no centro-sul do império do Brasil, a partir da década de 1820”. <sup>33</sup> Mais de dois milhões de

---

<sup>32</sup> CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 35.

<sup>33</sup>BIVAR DE MARQUESE, Rafael. *op. cit.*, p. 262.

negros africanos foram trazidos para sustentar os ganhos dos senhores de escravos nesse pequeno espaço de tempo.

A sociedade escravista brasileira tinha como elemento primordial a preservação do total poder da elite senhorial. O costume que imperava em tal sociedade dizia que na esfera do domínio senhorial, ou seja, no que concerne à propriedade privada, ninguém poderia intervir. No entanto, essa “normativa” foi se esfurelendo ao longo do século XIX, em especial de 1850 em diante em decorrência do intervencionismo estatal brasileiro que se fazia cada vez mais forte e objetivava cada vez mais o fim instituição escravista<sup>34</sup>.

Os escravos levados para o Rio da Prata do período colonial praticamente não trabalhavam em grandes *plantations*, dado que eram inexistentes. Eles então acabavam se tornando trabalhadores urbanos, muitas vezes vendiam sua força de trabalho para prover financeiramente a família de seus amos. Entretanto, existia uma pequena parcela que trabalhava no campo, nas *haciendas* das redondezas. Mesmo com a abertura comercial da última década do século XVIII o valor do escravo continuava alto, inviabilizando a aquisição dos mesmos por um maior número de colonos. Apesar do aumento nos números da trata, ter um cativo ainda era um “luxo” naquelas bandas.

Alejandro Plastino fez um levantamento dos expedientes judiciais protocolados na Real Audiência do vice-reino de Buenos Aires sobre os delitos envolvendo negros escravos e libertos. Ao parar nas mãos da justiça, o prejudicado direto era o amo, haja visto que subitamente ficava privado de uma das suas maiores riquezas: a força de trabalho de seu servo. Plastino destaca o esforço generalizado por parte da classe senhorial para evitar que seus escravos fossem condenados pelo judiciário. O melhor modo de castigar os negros de “má índole” seria deixando que os senhores lhes aplicassem o castigo adequado. Em outras palavras: a questão deveria ser resolvida na lógica privada, do senhor frente ao escravo, num “método caseiro de controle da insubordinação” dos cativos. “Según se constata en la mayoría de los casos, las presiones ejercidas por los amos constituyen la principal causa para

---

<sup>34</sup>CHALHOUB, Sidney. *op. cit.*, p. 124.

atenuar las penas de los esclavos”<sup>35</sup>. Por sua vez, o negro que não tivesse amo, esse sim estava numa situação muito complicada, pois como não havia ninguém que intercedesse por ele, todo tipo de arbitrariedades poderia incidir justamente nesse sujeito.

Ainda no período do vice-reino sediado em Buenos Aires, tornou-se comum a constante judicialização dos casos envolvendo os negros, não só em casos aonde o mesmo vai para prisão, mas também onde pleiteiam legalmente a conquista de sua liberdade ou até mesmo uma escravidão mais branda. Dado que muitos cativos viviam às soltas pela cidade de Buenos Aires, numa situação muito as avessas do que seria o “comum” numa sociedade escravista, configurou-se um cenário onde os escravos acabaram por conquistar muito espaço para negociar “suas liberdades”, e os amos muita dificuldade para fazer valer o seu sagrado direito à propriedade.

A escravidão em Buenos Aires fora muito diferente da escravidão no Rio de Janeiro, principalmente no que diz respeito à visão que se tinha do negro enquanto força de trabalho. Numa grande praça mercantil do império do Brasil o cativo era designado majoritariamente para trabalhar no pesado, ou seja, na produção agrária, enquanto que na praça buenaerense os negros poderiam ser submetidos a trabalhos braçais no campo, nos serviços domésticos, e havia também um terceiro grupo ‘muito valioso’: os escravos com algum ofício, notadamente, os artesãos.

Os escravos “prestadores de serviço” literalmente inundaram a praça buenairense. A falta de profissionais em diversas áreas fez com que em Buenos Aires se abrisse o precedente para o alargamento de uma espécie de flexibilização de domínio na relação senhor/escravo.

(...) La posibilidad de contratar esclavos en forma regular fue utilizada por los propietarios de esclavos de menores recursos, principalmente mujeres viudas o solteras, para obtener un ingreso regular. Por extensión este recurso proporcionó um gran impulso al proceso de

---

<sup>35</sup> PLASTINO, Alejandro. “Justicia Colonial y esclavos en el Buenos Aires virreinal”. In Anais do X Congresso Internacional de Aladaa. Rio de Janeiro. Universidade Cândido Mendez, 2002., p. 4.

manumisión y estableció, por ende, importantes límites a la permanencia de la relación amo/esclavo. (...) <sup>36</sup>

Claro que a figura do escravo de ganho não é uma exclusividade da praça buenairense, sendo, pois, um dos tópicos mais registrados pela historiografia sobre escravidão, mas, o que é digno de destaque é a intensidade com que se recorria a mão-de-obra cativa extensivamente, e como poucas famílias viveram unicamente às expensas do trabalho de seus escravos. Funcionava da seguinte forma: os negros prestavam serviços a quem os requisitasse e boa parte do dinheiro recebido era entregue aos amos. Essa era uma das grandes utilidades do escravo no meio urbano. Se o escravo tivesse uma ‘especialidade’, tal como ser sapateiro ou artesão, mais “especial” se fazia para seu dono <sup>37</sup>.

Pelo que consta nos registros comerciais de compra e venda de escravos nos portos de Buenos Aires e Montevideu presentes no Arquivo General de La Nacion, da Argentina, documentos estes que tivemos a oportunidade de conferir rapidamente durante essa pesquisa, o valor médio de um cativo de idade adulta entre o último quartel do século XVIII e primeiro quartel do século XIX girava em torno de 300 pesos, um valor que se fazia muito elevado para a maioria dos habitantes do vice-reino e de todas as regiões adjacentes. <sup>38</sup>

O sentido social da escravidão em Buenos Aires não estava voltado eminentemente para o campo da produção em larga escala de determinada mercancia. Os colonos de maior cabedal da cidade de Buenos Aires, por exemplo, compravam escravos única e exclusivamente para a realização dos serviços domésticos, o que era condenável pela legislação hispânica relacionada à escravidão negra, mas que mesmo assim fora largamente praticado. Esse detalhe é de suma importância: cativos eram utilizados de forma extensiva na prestação de serviços comerciais e também absorviam

---

<sup>36</sup>JONHSON, Lyman. “La manumisión de esclavos en el Buenos Aires durante el virreinato”. *Desarrollo Económico*, 16(63), oct.-dez 1976, p. 341.

<sup>37</sup> Sobre os ofícios dos negros ver “Trabalhadores de Buenos Aires: Escravos e ‘Livres de Cor’ (1776-1814)”. In. SECRETO, María Verónica. *Negros em Buenos Aires*. Rio de Janeiro: MauadX : FAPERJ, 2013.

<sup>38</sup> AGN. Sala IX 18 – 8 – 11 – División Colonia – Sección Gobierno y Comercio de Esclavos.

funções típicas da criadagem. Esse era o principal mercado, o que por sua vez também é o aspecto que mais deve ser observado nesse esforço de se entender a ideia da governabilidade de escravos numa sociedade não escravista.

Ao que tudo indica, a escravidão inserida numa sociedade não escravista abria o espaço para que o cativo dialogasse diretamente com seu amo e não com um feitor, tal como ocorrera em sociedades escravistas. Tomemos como exemplo novamente a sacarocracia cubana. Essa se constituiu na manutenção de um sistema onde o escravo fosse disciplinado em todos os aspectos, para que sentisse medo, para que fosse governado de corpo e mente, em tudo que fizesse<sup>39</sup>. O rol de possibilidade a que um escravo estava inserido numa cidade como Buenos Aires era imensa, criando assim uma nova noção de liberdade, sistema no qual o negro tinha “liberdade” para trabalhar fora e ficar longe do seu dono, procurar um novo senhor e tantas outras coisas.

Retomando a ideia do liberalismo escravista, faz-se necessário apontar que tais correntes de pensamento estavam inseridas num amplo debate sobre liberdade econômica que foi transportado e discutido pelos colonos. Os princípios econômicos nortearam a discussão em diversas áreas, mas, seguindo o que foi discutido pela historiografia a que tivemos contato, não existiu uma discussão tão sistemática sobre governança de escravos como houvera nas grandes potências escravagistas<sup>40</sup>, e com isso não se alcançou nenhuma discussão sistemática sobre o escravo e como ele era visto nessa lógica de mercado, o que fez com que tópicos sobre como tratar a insubordinação dos escravos naquela sociedade, não fossem temas da literatura especializada de época, tal como Bivar de Marquese apresenta reiteradas vezes para o caso das potências escravagistas que foram analisadas na obra supracitada.

Porém, ainda há de se buscar entender o peso dos ideais de “governança”, ou pelo menos o que era, de certo modo, um denominador

---

<sup>39</sup> “O governo de escravos na América portuguesa e nas Antilhas espanholas, 1750-1815”. In. BIVAR DE MARQUESE, Rafael. *op. cit.*

<sup>40</sup> NANCY, Calvo; PASTORE, Rodolfo. Ilustración y economía en el primer periódico impreso del Virreinato del Río de la Plata: el *Telégrafo Mercantil* (1801-1802). In: *Bulletin Hispanique*, tome 107, n°2, 2005. pp. 433-462.

comum para a classe senhorial no tocante ao controle dos escravos, e faremos isso à luz de um amplo debate sobre os instrumentos de controle de escravos por parte da classe senhorial buenaerense. Os arquivos judiciais servem para que possamos fazer essa grande incursão no universo da escravidão e suas formas de controle, o que gerava medo no escravo, o que despertava a ira do senhor. Enfim, temas que vão direto ao cerne da questão a que nos propomos: entender como se articulava essa luta de narrativas entre amos e escravos.

A ideia de “escravidão justa é trabalhada por uma série de historiadores, entre os quais María Verónica Secreto. O escravo buenaerense utilizou-se largamente do instrumento jurídico representado pelo “papel de venda” para conseguir encontrar um amo que concedesse condições mais admissíveis de trabalho. Secreto elaborou um riquíssimo trabalho de sondagem das lógicas sociais por de trás desse *papel* e todos os imbróglis que senhores e escravos passaram a fim de “resguardar seus direitos”<sup>41</sup>. A presente disputa nos serve de referencial para pensarmos a escravidão em Buenos Aires sob a óptica daquilo que classificaremos como a racionalidade econômica da classe senhorial.

O instrumento jurídico do “papel de venda” foi o motivador de várias disputas judiciais. Senhores e escravos costumavam brigar na justiça em busca de uma arbitragem para decidir o valor final que o escravo podia se apresentar na praça para venda. O centro dessa disputa residia no fato de que a classe senhorial costumava fazer retaliações ao escravo que pedisse o *papel*. Essa “vingança” poderia ser posta em prática com uma artimanha para intimidar os escravos, aumentando substantivamente seu valor de mercado. Com essa manobra os amos se faziam irredutíveis quando o assunto é a qualquer tipo de discussão sobre valores do cativo. Eles não aceitavam a depreciação do valor do seu cativo, o seu investimento.

Um dos processos mais conflituosos que tramitou na justiça de Buenos Aires analisado por Secreto, tem um longo caso que começou em Tucumán e acabou sendo transferido para a Real Audiência de Buenos Aires entre os anos

---

<sup>41</sup> A ideia é largamente explorada em SECRETO, María Verónica. “Os escravos de Buenos Aires. Do terceiro pátio à rua: a busca do tolerável”. In: Tempo (Niterói. Online), v. 16, pp. 28-32.

de 1817 a 1819. O litígio envolve o coronel dos “Dragões” – uma espécie de força militar –, Cornélio Zelaya e a escrava Marta. O caso é muito interessante porque nele podemos sondar muito do que seria o *ethos* senhorial e como esse racionalismo econômico se materializa quando ele percebe a possibilidade de vir a perder a cativa durante o processo. Para Zelaya, assim como em tantos outros litígios a que tivemos acesso, é muito interessante observar como o enfrentamento ao que se tem de mais sagrado – “o direito à propriedade” – era uma coisa que abalava fortemente os preceitos daquilo que era tido como a ordem natural das coisas, ou seja, essa relação assimétrica, lugar este onde as relações necessariamente deveriam ser desiguais<sup>42</sup>. Vejamos a fala do senhor frente à justiça:

La criada es una propiedad mía, comprada con el peculio que mi trabajo personal me pudo proporcionar en cierta y determinada cantidad, bajo las reglas comunes no prohibidas y con la solemnidades de derecho, de esta propiedad nadie puede disponer sin violar una de los más recomendables derechos de la naturaleza.<sup>43</sup>

Aqui nós temos um exemplo da retaliação que ocorria quando o processo chegava à justiça. O Coronel Zelaya seguiu firme no pedido dos 400 pesos para conceder o “papel de venda”, preço pelo qual ela fora comprada. No entanto, entra em cena uma das figuras que geralmente costumavam interceder em favor dos desamparados na justiça, o conhecido “defensor de pobres”, uma espécie de advogado público que costumava intervir em casos judiciais na defesa dos escravos. O defensor conseguiu vencer na argumentação judicial por meio da tese de que a escrava já estava desgastada pelos anos de servidão e por alguns problemas de saúde. A excepcionalidade no caso buenairense é a forma ativa com que os aparelhos do Estado, tais como a Real Audiência, passaram a interferir diretamente na lógica de dominação dos senhores com seus escravos. Assim, os taxadores de ofício da Real Audiência baixaram o valor do papel de venda para 200 pesos<sup>44</sup>.

---

<sup>42</sup> SECRETO, María Verónica. *op. cit.*, p. 29.

<sup>43</sup> AGN, División Colonia. Tribunales. Sala IX, 23-8-6. [Caso apresentado por María Verónica Secreto].  
Idem, *Ibidem*, p. 42.

<sup>44</sup> Idem, *ibidem*, p. 42-3.



As burocracias coloniais não costumavam intervir muito em assuntos que diziam respeito a questões privadas, tal como era concebida a escravidão. Logo, existia o senso que pairava na mentalidade senhorial em praticamente toda a América que apregoava a ideia de que a escravidão é uma coisa inerente ao direito privado, e que não caberia ao Estado monárquico intervir em tais assuntos. O espanto foi grande, mas no caso de Buenos Aires o poder judiciário conseguiu trabalhar bastante para regulamentar o que seria uma escravidão justa. A sacarocracia cubana, por exemplo, na virada do século XVIII e início do XIX não admitia a ideia de ver o Estado controlando suas ações. No caso dos grandes potentados cubanos, eles conseguiram – por conta de sua expressividade econômica – vencer as “intromissões” régias. Entender o escravo como “coisa”, tendo unicamente que adequar-se aos novos esquemas produtivos para o fabrico de açúcar, esse fora o ideal que vencera por aquelas bandas nos tempos de colônia<sup>45</sup>.

Ao longo de todo período colonial na América portuguesa, os colonos sempre foram relutantes para com as “teorias ilustradas” que volta e meia apareciam das mãos dos jesuítas ou mesmo da burocracia real. Chegando a fase da independência, quando viera a monarquia, os escravistas, cientes da situação pujante e ao mesmo tempo complicada do comércio negreiro, passaram a buscar meios de aperfeiçoar o trabalho escravo. Só então passam a circular grandes manuais agrícolas escritos pela própria elite escravocrata. Garantir a admoestação dos escravos era essencial para que pudessem lograr o sucesso produtivo. Admoestar para produzir mais e garantir uma mão-de-obra sintonizada com os interesses senhoriais. Os manuais eram um importante instrumento de propagação de idéias entre a elite senhorial para a objetivação de seu maior interesse, a garantia da continuidade da governança.

Sobre a economia escravagista e a necessidade da racionalidade econômica do grande empreendimento representando pela economia ilustrada, percebe-se, que eventuais descuidos por parte da elite senhorial brasileira no período imperial no que concerne ao controle da massa escrava poderiam resultar no dismantelo da instituição liberal-escravista cá existente. Manter as

---

<sup>45</sup> BIVAR DE MARQUESE, Rafael. *op. cit.* p. 214-16.

relações desiguais senhor-escravo passou a ser necessário para garantir a ordem do sistema econômico nacional.

O que estava em voga no sistema escravista de Buenos Aires eram questões de bem menor amplitude econômica e muito mais uma relação de proteção ao próprio sustento da sociedade pautada nas relações assimétricas típicas de uma sociedade do antigo regime. Enquanto nas potências escravistas tal como o Brasil a elite senhorial escrevia manuais para a admoestação dos cativos para transformá-los numa espécie de operariado de alta eficiência, os escravos de Buenos Aires não hesitavam em aproveitar das oportunidades abertas pelo campo jurídico por dispositivos tais como a Real Cédula de 1789 para buscar formas de escravidão mais brandas.

Nesse cenário, os amos buenaienses bem que tentavam “manter a ordem”, mas em qualquer deslize no que diz respeito ao bom trato do seu escravo, a ordem senhorial poderia entrar num sério dilema para sua sustentação, pois os escravos queriam manter seus direitos essenciais, uma forma de garantir o que era entendido pelos cativos como uma “liberdade”. Os amos queriam manter o *status* em que os cativos lhes fossem inteiramente submissos, entretanto, os escravos entendiam que o bom cumprimento da servidão abria espaço para que eles pudessem exigir certa paridade, e que pelo simples fato de cumprirem com os seus deveres, automaticamente passariam a “ganhar direitos”<sup>46</sup>.

Lyman Johnson vai além e diz que talvez tais ações de resistência, que se fizeram sistemáticas e muito ricas em detalhes tal como as identificadas nos documentos judiciais do vice-reino, na verdade servem para revelar um padrão contínuo de resistência escrava<sup>47</sup>. “A lack of legitimate obedience and respect” (uma falta de obediência legítima), que é a fala de um dos amos que citação que inicia o artigo do autor em questão, com relação a insubordinação do cativo, mostra que esse padrão de resistência serve no mínimo para pensarmos que as falas dos senhores também mereceriam uma atividade mais

---

<sup>46</sup> SECRETO, María Verónica. *op. cit.*, p.48.

<sup>47</sup> JONHSON, Lyman. “A lack of legitimate Obedience and Respect”: Slaves and their Masters in the Courts of Late Colonial Buenos Aires, *Hispanic American Review*: 87:4, 2009, p. 657.

sistematizada para verificar esse “vácuo de poder”, se é que poderíamos caracterizar desse modo.

## CONCLUSÃO

O trabalho comparativo serviu para que pudéssemos refletir sobre as melhores estratégias a serem adotadas ao nosso estudo de caso. Percebe-se um grande esforço por parte de um grupo de acadêmicos brasileiros e estrangeiros por analisar o complexo sistema econômico e social oriundo dos sistemas escravistas brasileiros e das outras potências escravistas puxadas pelo trabalho dos cativos. No que concerne aos estudos do processo de escravidão em regiões onde os impactos econômicos não se fazem tão volumosos se comparados com as cifras das potências citadas anteriormente, tal como é o caso de Buenos Aires, vê-se que a historiografia nesse caso ainda é muito modesta mesmo levando em consideração a valiosa contribuição dos estudiosos interessados na temática.

Numa perspectiva comparativa, percebe-se um pouco das diferenças da escravatura nas Américas espanhola e portuguesa. Na parte lusa brasileira temos o desenvolvimento de fortes empresas escravistas desde o início da colonização. Já no que concerne à parte castelhana, não podemos dizer o mesmo. A coroa portuguesa buscou ser perspicaz com relação ao manejo do comércio de escravos desde o início, enquanto que a coroa espanhola vacilante em quase todo processo de arranjo dos mercados coloniais, passando boa parte do período colonial com a idéia de que o monopólio comercial seria o suficiente para garantir a estabilidade política e econômica.

As altas constantes no número da trata negreira aliado ao desenvolvimento das técnicas de admoestação em territórios brasileiros apresentados ao longo do texto fez com que se configurasse um forte regime escravista calcado numa economia-mundo. Até o século XVIII a hispanoamérica havia ficado fora do grande circuito comercial alimentado à custa do trabalho extensivo da mão-de-obra escrava. Cuba é o ponto de inflexão nessa corrente de uma espécie de estagnação programada da coroa espanhola, caracterizando-se como uma grande potência da sacarocracia que cresceu por meio de um escravismo de mercado. O restante das possessões espanholas nunca conseguiu dar um grande salto econômico sobre as bases do comércio escravista.

Nesse cenário de distorções numéricas entre o número de escravos adquiridos e a forma de trabalho dos mesmos ao longo de todo território americano, formaram-se enormes diferenças no sentido do “ser cativo”. No Brasil ou mesmo em Cuba tem-se a caracterização do poder senhorial por meio da exigência da qualificação técnica do trabalho, cenário este onde a mão-de-obra escrava estava vinculada a uma espécie de alta produtividade, aparelhado pela lógica do pensamento econômico ilustrado vindo dos ibéricos. Para quase todos os demais territórios sul-americanos configurou-se um sistema onde o escravo não era essencialmente a chave para todo o desenvolvimento produtivo, mas sim mais um dentre os segmentos produtivos.

O fenômeno do pensamento econômico ilustrado nas potências escravistas tem sido estudado ao longo das últimas três décadas. A análise do pensamento econômico no tocante ao governo de escravos pode ser uma faceta decisiva para entendermos toda uma complexa teia de organização social nessas sociedades. Os historiadores voltados para o estudo das sociedades escravistas têm muito a nos dizer. E o que podemos discorrer sobre o governo econômico de escravos em sociedades não escravistas tal como Buenos Aires?

Acreditamos, a partir das reflexões que foram feitas no nosso trabalho comparativo, que a melhor estratégia analítica a ser adotada na continuação desse trabalho de entender os mecanismos de governança da população escrava seja ir além dos postulados que já foram levantados no estudo da economia política. Ou seja, insistindo um pouco mais na história social, como parece ser o mais apropriado para o caso buenairense, creio que conseguiremos esboçar um trabalho que possa transparecer com mais nitidez o que está em jogo quando tratamos da relação entre amos e cativos numa sociedade não escravista, e até mesmo para saber se a ideia de falar em governança em sociedades escravistas é ou não válidas.

## BIBLIOGRAFIA:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes. a formação do Brasil no Atlântico Sul* (sécs. XVI e XVII). São Paulo: Companhia das Letras, 2000. \_\_\_\_\_ . “La traite des noirs et l’esclavage dans l’Atlantique sud, le Brésil et l’Angola”. In : *La traite nègrière, l’esclavage et leurs abolitions : mémoire et histoire*. Actes du colloque national. Paris, 2007.

BIVAR DE MARQUESE, Rafael. *Senhores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BORUCKI, Alex. “Las rutas brasileñas del tráfico de esclavos hacia el Río de la Plata, 1777-1812”. *Anais do 4º encontro Escravidão e Liberdade no Brasil meridional*. Curitiba, 2009.

CANABRAVA, Alice P. *Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1944.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Pastores y labradores de Buenos Aires: Una historia agraria de la campaña buenairense*. Buenos Aires: Editora da Universidade de Buenos Aires, 1999.

GUIMARÃES, J.F.S. “Comerciantes cristãos-novos: do açúcar ao tráfico de escravos para as Índias de Castela”. *7 mares*, v. 1, p. 88-97, 2012.

JOHNSON, Lyman. “La manumisión de esclavos en el Buenos Aires durante el virreinato”. *Desarrollo Económico*, 16(63), oct.-dez 1976.

\_\_\_\_\_. “A lack of legitimate Obedience and Respect”: Slaves and their Masters in the Courts of Late Colonial Buenos Aires, *Hispanic American Review*: 87:4, 2009.

LYNCH, Jonh, *Administracion colonial española 1782-1810: El sistema de intenoenciaen el virreinato del Rio de la Plata*. Buenos Aires: Editora Universidade de Buenos Aires, 1962.

MARTINS, C. M. R. “Conhecimento histórico e historiografia brasileira contemporânea. *Revista Portuguesa de História*. V. 42, p.197-219, 2011.

NANCY, Calvo; PASTORE, Rodolfo. Ilustración y economía en el primer periódico impreso del Virreinato del Río de la Plata: el *Telégrafo*

*Mercantil* (1801-1802). In: *Bulletin Hispanique*, tome 107, n°2, 2005. pp. 433-462.

PLASTINO, Alejandro. "Justicia Colonial y esclavos en el Buenos Aires virreinal". In *Anais do X Congresso Internacional de Aladaa*. Rio de Janeiro. Universidade Cândido Mendez, 2002.

ROMANO, Ruggiero. Algunas consideraciones sobre los problemas del comercio en hispanoamérica durante la época colonial. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. E. Ravignanni"*. n. 1, 1989.

SECRETO, María Verónica. "Os escravos de Buenos Aires. Do terceiro pátio à rua: a busca do tolerável (1776-1814)" In: *Tempo* (Niterói. Online), v. 16, pp. 23-50, 2013.

\_\_\_\_\_. *Negros em Buenos Aires*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013.

STUDER, Elena. *La trata de negros en el Río de la Plata durante el siglo XVIII*. Buenos Aires: Libros de Hispanoamérica, 1959.

VILLALOBOS R., Sergio. *Comercio y contrabando en el Río de la Plata y Chile (1700-1812)*. Buenos Aires: Editora Universitaria de Buenos Aires, 1963.